



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

117
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0305321-0

APELANTE: Andrea Paula Bezerra Moreira

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INQUÉRITO POLICIAL INCONCLUSIVO. INEXISTÊNCIA DEVER DE INDENIZAR. 1. A autora/apelante pretende ser indenizada pelo Estado de Pernambuco, a título de danos morais e materiais, em face de alegada omissão para com dever de apuração de crime. 2. A autora/apelante aponta falha na atuação do Poder Público no cumprimento do seu dever constitucional de prover a segurança pública, *"consistente na conduta incauta e negligente de seus prepostos, ao deixar de diligenciar adequada e suficientemente na apuração do fato, deixando a autora sem uma conclusão para o crime do qual foi vítima."* 3. O Estado é objetivamente responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (art. 37, §6º, da CRFB), bastando que a vítima demonstre o ato lesivo, o dano experimentado e o nexo causal entre aquele e este. 4. No entanto, quando o ato lesivo decorre, não de conduta administrativa positiva, mas de sua omissão, seja porque tinha o dever legal de agir e não agiu, o fez tardiamente ou de modo ineficiente, caracterizando a falta do serviço, a responsabilidade civil do Estado deve ser enquadrada na modalidade subjetiva, dependendo, pois, da prova do elemento culpa. 5. Não comprovação de desídia/omissão por parte da Polícia Civil ao conduzir o inquérito instaurado, principalmente diante das precárias informações prestadas. 6. Não se pode negar que o Estado possui a obrigação de conduzir adequadamente uma investigação criminal, haja vista o macrodever de garantir a segurança pública (art. 6º, caput, da CRFB). Entretanto, não lhe pode ser imputado o dever de obter sucesso em todo inquérito instaurado, principalmente quando não são apresentadas todas as circunstâncias de fato aptas a solver o caso. 7. Ausente nexo de causalidade entre a atuação do réu/apelado e o alegado dano material ou moral experimentado. Se dano existiu, haja vista suposto roubo relatado, este foi unicamente oriundo da conduta comissiva de terceiros, verdadeiros responsáveis no caso em comento. 8. Nesse quadro, não reunidos os pressupostos para a responsabilização estatal, é de se manter os termos da sentença atacada. 9. Recurso de apelação improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0305321-0, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de  de 2014 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0305321-0
COMARCA: Recife
APELANTE (S): Andrea Paula Bezerra Moreira
APELADO (S): Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 66/68), proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da Ação de Ordinária de Indenização por Dano Moral e Material, tombada sob o NPU nº 0029409-87.2011.8.17.0001, que julgou improcedente o pedido da parte autora, ora apelante, nos seguintes termos:

*"Nesses termos, julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos formulados na peça vestibular, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, Inciso I, do Diploma Processual Cível."*

A autora/apelante pretende ser indenizada pela Secretaria de Defesa Social - Estado de Pernambuco, a título de danos morais e materiais, em face de alegada omissão para com seu dever de apuração de crime supostamente sofrido.

Para tanto, asseverou a autora/apelante (fls. 05/06) que, no dia 14 de dezembro de 2009, foi surpreendida *"por dois elementos em uma moto preta, que a puseram sob mira de uma arma de fogo a forçando a entregar a bolsa com todos os seus pertences, inclusive um importe de R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais)"* e que, até a data de distribuição do feito, nada havia sido feito pela Polícia Civil no sentido de indiciar os responsáveis.

Conforme pode se depreender do relato constante na fl. 07, aponta a autora/apelante falha na atuação do Poder Público no cumprimento do seu dever constitucional de prover a segurança pública, *"consistente na conduta incauta e negligente de seus prepostos, ao deixar de diligenciar adequada e suficientemente na apuração do fato, deixando a autora sem uma conclusão para o crime do qual foi vítima."*

Salientou, como único fundamento da pretendida responsabilidade estatal, a omissão no seu dever de apuração adequada de suposto ilícito penal, nos termos do art. 37, §6º, da CRFB, consagradora da denominada responsabilidade civil objetiva do Estado.

Irresignada com a sentença prolatada, interpôs a autora Recurso de Apelação (fls. 71/78), repetindo, em suma, as mesmas proposições apresentadas em sua peça vestibular.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nas contrarrazões apresentadas (fls. 81/97), arguiu o réu/apelado, preliminarmente, (i) a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido do processo, face à inexistência de capacidade judiciária por parte da Secretaria de Defesa Social; e (ii) inépcia da petição inicial por falta de causa de pedir remota quanto ao pleito indenizatório por danos materiais.

No mérito, aduziu a não configuração de dever de indenizar ante a não demonstração de todos os requisitos necessários à responsabilização do Estado por conduta omissiva, bem como ante a inexistência de dano comprovadamente sofrido, requerendo, destarte, o total desprovemento do recurso interposto.

O Ministério Público, com assento neste Tribunal, se absteve de emitir parecer de mérito, por não vislumbrar interesse público que ensejasse a sua atuação na lide (fls.108/109).

É o relatório.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 04 de abril de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

118
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0305321-0
COMARCA: Recife
APELANTE (S): Andrea Paula Bezerra Moreira
APELADO (S): Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, o caso versa sobre o suposto dever de reparação por parte do Estado de Pernambuco ante alegada omissão e/ou falha na apuração de crime de roubo sofrido pela autora/apelante.

De proêmio, afasto a preliminar recursal de inexistência de pressuposto válido de constituição regular do processo, traduzido, especificamente, na falta de personalidade judiciária por parte da Secretaria de Defesa Social, a inviabilizar sua presença no polo passivo da lide, dada correta a indicação, pela autora/apelante, do Estado de Pernambuco como ente demandado (fls. 04).

Outrossim, no tocante à alegação de inépcia da petição inicial por não indicação da causa de pedir remota relativa ao pedido de indenização por dano material, nego-lhe guarida, porquanto devidamente imputado fato a embasar o alegado direito à indenização.

No concernente ao mérito recursal, tenho que não resta configurado qualquer dever de indenizar por parte do Estado de Pernambuco, haja vista a não reunião dos pressupostos necessários para tanto.

Com efeito, o Estado é objetivamente responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (art. 37, §6º, da CRFB), bastando que a vítima demonstre o ato lesivo, o dano experimentado e o nexa causal entre aquele e este.

No entanto, quando o ato lesivo decorre, não de conduta administrativa positiva, mas de sua omissão, seja porque tinha o dever legal de agir e não agiu, o fez tardiamente ou de modo ineficiente, caracterizando a falta do serviço, a responsabilidade civil do Estado deve ser enquadrada na modalidade subjetiva, dependendo, pois, da prova do elemento culpa.

Nesse panorama, colaciono o seguinte aresto oriundo do Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

119
e

"EMENTA:

ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ATO OMISSIVO – MORTE DE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL INTERNADO EM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO ESTADO.

1. A responsabilidade civil que se imputa ao Estado por ato danoso de seus prepostos é objetiva (art. 37, § 6º, CF), impondo-lhe o dever de indenizar se se verificar dano ao patrimônio de outrem e nexos causal entre o dano e o comportamento do preposto.
2. Somente se afasta a responsabilidade se o evento danoso resultar de caso fortuito ou força maior ou decorrer de culpa da vítima.
3. Em se tratando de ato omissivo, embora esteja a doutrina dividida entre as correntes dos adeptos da responsabilidade objetiva e aqueles que adotam a responsabilidade subjetiva, prevalece na jurisprudência a teoria subjetiva do ato omissivo, de modo a só ser possível indenização quando houver culpa do preposto.
4. Falta no dever de vigilância em hospital psiquiátrico, com fuga e suicídio posterior do paciente.
5. Incidência de indenização por danos morais.
7. Recurso especial provido. (REsp 602102/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2004, DJ 21/02/2005, p. 146)"

Na hipótese, a autora alega que a ausência de diligência, por parte da Polícia Civil, na condução do inquérito instaurado, teria lhe causado danos morais e materiais.

No ponto, vale consignar que a autora/apelante apenas relatou (fls. 05/06) que: (i) "no dia 14 de dezembro de 2009, estava chegando do banco na companhia de seu irmão, quando na porta de sua casa na Rua Gomes Taborda, por dois elementos em uma moto preta, que a puseram sob mira de uma arma de fogo a forçando a entregar a bolsa com todos os seus pertences, inclusive um importe de R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais) que havia sacado no Banco do Brasil da Av. Caxangá, minutos antes, de um cheque passado pelo Sr. Jones Ferreira da Costa"; (ii) "que no momento do assalto o meliante falou para a AUTORA que só queria a bolsa, enquanto o que pilotava a moto gritava para que o comparsa não atirasse na mesma, que havia reagido à investida."; e (iii) "que sem dúvidas, foi vítima do que a polícia denomina [saidinha de banco] e que com todas essas evidências a secretaria de defesa social nada fez no sentido de apurar o que aconteceu, e dar a AUTORA uma solução para o seu caso, ao menos.".

Ora, examinando o conjunto probatório carreado aos autos, verifico que não houve comprovação de desídia/omissão por parte da Polícia Civil ao conduzir o inquérito instaurado, principalmente diante das precárias informações prestadas.

Não se pode negar que o Estado possui a obrigação de conduzir adequadamente uma investigação criminal, haja vista o macrodever de garantir a segurança pública (art. 6º, caput, da CRFB). Entretanto, não lhe pode ser imputado o dever de obter sucesso em todo inquérito instaurado, principalmente quando não lhe apresentadas todas as circunstâncias de fato aptas a solver o caso.

Nesse sentido, não visualizo, nos autos, qualquer atuação demorada, lenta e/ou vagarosa no desempenho das funções atribuídas à Polícia Civil, a configurar omissão ilícita de sua parte, mas tão somente o desfecho infrutífero do caso, cuja



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

120
ae

responsabilização não pode recair sobre o réu/apelado, sob pena de se tornar segurador universal de todos os resultados inconclusivos ocorridos em investigações criminais, sempre em detrimento do patrimônio e do interesse público.

Ademais, também não vislumbro a existência de nexo de causalidade entre a atuação do réu/apelado e o alegado dano material ou moral experimentado.

Se dano existiu, haja vista suposto roubo relatado, este foi unicamente oriundo da conduta comissiva de terceiros criminosos, verdadeiros responsáveis no caso em comento.

Ante o exposto e sendo certo que a pretensão recursal da Apelante vai de encontro com a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, **nego provimento** ao **recurso de apelação** interposto, mantendo na íntegra os termos da sentença recorrida.

Suspendo a exigibilidade da condenação na verba honorária, em razão do deferimento do pedido de gratuidade da justiça (art. 12 da lei 1.060/1950).

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator